

Estratégias de integração da América do Sul e seus atores

*Yves Chaloult**

Resumo. O autor analisa o papel do Estado diante das perspectivas estratégicas que se colocam em relação ao processo de integração da América Latina e do Caribe no contexto da globalização econômica e financeira. Estuda os diversos blocos econômicos existentes na região e a influência dos Estados, organismos internacionais, empresas transnacionais, movimentos sociais e Paramentos no que diz respeito às políticas adotadas nos blocos e entre blocos. Conclui que para contrabalançar os efeitos contraditórios do novo regionalismo econômico e da globalização financeira é necessário que se intensifique a participação dos movimentos sociais, da sociedade civil e dos Legislativos, reforçando, dessa maneira, o pluralismo e a democracia na região.

Palavras-chave. globalização, regionalização, Mercosul, bloco econômico, integração.

1. PROBLEMÁTICA

Na atual transição de um milênio para outro, dois fenômenos capitais afetam e ajudam a redefinir o cenário internacional: o avanço da globalização e o papel cada vez maior da regionalização e dos Blocos econômicos. Os dois processos, apesar de inter-relacionados, têm uma dinâmica própria e atores distintos.

Mesmo sendo um fenômeno de natureza sobretudo econômica, a globalização provoca profundos impactos sócio-políticos e gera contradições na ação

* Yves Chaloult, Ph.D. em sociologia do desenvolvimento pela Universidade de Cornell (EUA), é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e bolsista-pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: yves@unb.br *Home Page:* <http://www.sol.unb.br/yves>

do Estado, devido à forte influência de dois atores-chave: os organismos internacionais e as empresas transnacionais. Estas, aliás, constituem o próprio carro-chefe da globalização, na medida em que as atuais políticas de liberalização e desregulamentação em nível mundial conferem a elas um grau inédito de liberdade de atuação, expresso na mobilidade do capital industrial produtivo, nas transferências de bens, nas aquisições e fusões de empresas, etc. A globalização ajuda a remover as barreiras à livre circulação do capital, o qual se encontra em condições de definir estratégias globais para a continuidade de seu processo de acumulação.

Do ponto de vista estritamente econômico, o tema da globalização compreende uma variedade de perspectivas: produtiva, comercial, institucional, político-econômica e financeira (Baumann, 1996). Dessas, os movimentos financeiros foram os que mais se destacaram nos últimos quinze anos, com um crescimento superior aos índices de crescimento dos investimentos, do Produto Interno Bruto (PIB) e do comércio exterior dos países desenvolvidos. Um volume cada vez maior de capital produtivo começa a se destinar à especulação. O avanço das telecomunicações e da informática aumentou a capacidade dos investidores de fazer transações em nível global, em tempo mínimo. Mais de US\$ 1,2 trilhão, só no mercado de moedas, percorre diariamente as principais praças financeiras do planeta. Esses fluxos de capital volátil são uma fonte permanente de desequilíbrio financeiro e instabilidade política. A crise mexicana em fins de 1994 foi reveladora de quão nefastas podem ser as consequências da desregulamentação financeira para os mercados emergentes. Foram necessários aportes externos da ordem de US\$ 38 bilhões, oferecidos pelo governo norte-americano e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para que fossem evitados a falência do Estado mexicano e o risco de uma crise em cadeia do sistema financeiro internacional (*O Contexto...*, 1997: 7). No final de 1997 e durante 1998, o sistema financeiro viu-se de novo abalado, desta vez com crises no Sudeste Asiático, Rússia e América Latina, cujos efeitos atingiram uma parte significativa das economias do planeta.¹

Dois aspectos da globalização — o institucional e o político-econômico — podem implicar a perda ou a redução de certos atributos da soberania econômica e política de um Estado, estimulando este outro fenômeno contemporâneo: a regionalização econômica. Para Oman (1994), a regionalização

¹ No segundo semestre de 1998, aportes externos superiores a US\$ 41 bilhões foram colocados à disposição de um só país, o Brasil, considerado peça central no continente americano, mas não evitaram a abrupta e traumatizante desvalorização da moeda brasileira em janeiro de 1999.

pode ser *de facto* ou *de jure*. É *de facto* quando se dá uma intensa integração natural entre países fronteiriços, como tem sido o caso do Canadá e dos EUA, durante as últimas décadas, e da Ásia do Pacífico, nos dias de hoje. Por sua vez, a integração *de jure* ocorre quando, por meio de arranjos políticos e institucionais, dois ou mais países de uma região formam um bloco econômico, de que são exemplos a União Européia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Nos dois tipos de regionalização, especialmente no segundo, o Estado desempenha um papel fundamental. Note-se, no entanto, que a regionalização *de facto* tem-se acompanhado cada vez mais de acordos regionais *de jure*. A regionalização obedece a certos imperativos estruturais, como a intercomplementaridade recíproca de duas ou mais economias, a intimidade “natural” de comércio, a relativa homogeneidade de condições macroestruturais, etc.

Cumprir frisar que não existe contradição entre a globalização e a regionalização, embora seus atores-chave sejam diferentes. A globalização é um fenômeno relacionado ao *mercado* e tem nas *empresas* seus atores principais; já a regionalização é marcada sobretudo pela primazia da *ação política* dos *Estados*, que estabelecem regras nos planos regionais ou sub-regionais. Quando a regionalização contribui para consolidar o jogo da concorrência, e a ação do Estado reforça a homogeneização das condições de operação do capital em diferentes mercados, os dois processos tendem a se reforçar mutuamente.

Ademais, quando a regionalização estimula a concorrência, internamente ou entre os países-membros de um bloco, propiciando uma integração profunda das políticas nacionais, ela pode fortalecer a soberania coletiva das políticas dos Estados-membros de um Bloco econômico em face do mercado global e conseqüentemente aumentar a sua eficácia, ao mesmo tempo em que permite uma maior competitividade regional em relação ao resto do mundo (Oman, 1994: 17).

A experiência histórica ensina que o mercado interage com o Estado. A economia não é somente o mercado, mas é também a produção e sua distribuição equitativa, e estas exigem a ação do Estado no sentido de proporcionar condições adequadas a fim de se ter um desenvolvimento sustentável e integrado.

O Estado está passando por um período de reformulação em dois níveis. De um lado, é ator do sistema de relações internacionais e fomenta a formação e consolidação de blocos econômicos. De outro lado, no âmbito doméstico, deve ser interlocutor e representante da sociedade nacional e de seus interesses. Nessa qualidade, compete-lhe promover o debate e criar mecanismos permanentes de consulta sobre as estratégias econômicas, políticas, sociais e culturais para poder construir um projeto regional ou sub-regional de desen-

volvimento viável no atual contexto de construção de diversos processos de integração.

Neste trabalho, analisaremos os atuais processos de integração nas Américas e no Caribe e o papel dos Estados, dos movimentos sociais e de vários outros atores diante da integração em andamento.

2. CONSOLIDAÇÃO DE BLOCOS NAS AMÉRICAS E NO CARIBE

O processo de regionalização *de jure*, sustentado por uma ativa atuação do Estado, despontou com a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que criou a Comunidade Econômica Européia. O histórico acordo influenciou o pensamento de vários estadistas e intelectuais latino-americanos, estimulando a gestação e criação, em 1960, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), por meio da assinatura do Tratado de Montevideú. Na mesma época surgiram novos blocos econômicos ou formas de integração como, por exemplo, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e, posteriormente, o Pacto Andino, este assinado em 1969 e hoje chamado Comunidade Andina (CAN). Nos anos 70, consolidou-se a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (Caricom) e, em 1980, um novo Tratado de Montevideú transformou a Alalc na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

2.1. O MERCOSUL

No Cone Sul, em 1985, os presidentes do Brasil e da Argentina iniciaram um processo de reaproximação e integração entre os dois países que resultou na assinatura de um Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento em 1988. Origina-se aí a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991, quando esses dois países, além do Paraguai e do Uruguai, assinaram o Tratado de Assunção, alicerce para a construção de uma nova conformação geopolítica.

Já em 1998, o Mercosul reunia uma população superior a 210 milhões de habitantes, uma das maiores rendas *per capita* entre os países emergentes, da ordem de US\$ 5,2 mil por ano, e um Produto Nacional Bruto (PNB) de cerca de 1,1 trilhão de dólares, representando mais de 50% do PNB e do produto industrial de toda a América Latina, 46% de seu comércio intra-regional, 45% da população e quase 60% de sua superfície. O Bloco, que é destinatário de nada menos que 80% dos investimentos na América do Sul, é desde janeiro de 1994 a mais importante união aduaneira no Hemisfério Sul.

Deve-se dizer, no entanto, que essa união ainda não é completa. Alguns produtos integrarão a Tarifa Externa Comum somente quando o Regime de Adequação for extinto, no ano 2000, e quando forem unificadas as tarifas de

bens de capital, em 2001, e dos setores de informática e telecomunicações, em 2006 (Barbosa, 1997: 1). Em sentido estrito, portanto, o Mercosul será uma zona de livre comércio e uma união aduaneira completas somente no ano 2000 e no fim de 2006, respectivamente.

Os resultados produzidos pelo Mercosul são uma realidade tanto em nível regional quanto mundial. Internamente, o comércio intra-Bloco saltou de US\$ 4,1 bilhões em 1990 para mais de US\$ 20 bilhões em 1997, crescendo mais de 400%. O intercâmbio entre a Argentina e o Brasil, por exemplo, cresceu 600% no mesmo período, atingindo US\$ 14,77 bilhões em 1998, com um déficit brasileiro de US\$ 1,28 bilhões (Brasil, 1999).

Externamente, o Bloco optou pelo *regionalismo aberto*, com cada país abrindo sua economia e, em conjunto, aumentando a sua presença em uma economia de mercados globais. Assim, em relação ao resto do mundo, de 1990 a 1997, as exportações aumentaram 47%, evoluindo de US\$ 42,3 bilhões para US\$ 62,3 bilhões, e as importações cresceram expressivos 214%, passando de US\$ 25 bilhões para US\$ 78,8 bilhões (Almeida, 1998a).

Outro aspecto importante a assinalar é o caráter *global trader* do Mercosul e seu reforço do sistema multilateral de comércio. Em 1996, por exemplo, 24,1% de suas exportações foram para a União Européia (UE), 15,3% para os EUA, 14,7% para a Ásia, 9,4% para os outros países da Aladi; 22,8% foram intra-Bloco. Em 1997, a UE foi destinatária de 23,4% das exportações e os EUA, de 13,9%. Quanto às importações, o principal fornecedor do Mercosul foi a UE, com 26,4% do total em 1996 e 25,9% em 1997. Nesses mesmos anos, as importações dos EUA passaram de 20,8% para 21,2% (Aladi, 1998).

Maior economia do Mercosul, o Brasil é também um *global trader*, com uma repartição geográfica de seu comércio exterior ainda mais diversificada que a de seus parceiros. Em 1998, 28,8% de suas exportações se destinaram à UE, 26,1% aos países da Aladi, 19,1% aos EUA, 17,4% ao Mercosul e 11,0% à Ásia. Aqui, chama a atenção o percentual relativo ao Mercosul, o qual era de apenas, aproximadamente, 4% em 1991, tendo portanto quase se quintuplicado (*Exportações*, 1997:375). Tamanha evolução não deixa dúvida de que o Bloco tornou-se peça central na geopolítica e na política econômica exterior brasileiras.

As ações dos Estados-membros do Mercosul não se limitam à vertente comercial, refletindo-se também nos investimentos tanto dentro quanto fora da região. Por exemplo, o montante de investimentos brasileiros na Argentina passou de US\$ 700 milhões em 1994 para US\$ 2,3 bilhões no final de 1997, o que é altamente significativo (Coelho, 1998: 43). Ademais, cerca de

quatrocentas *joint-ventures* com companhias brasileiras estão funcionando na Argentina.

Já os investimentos externos diretos destinados ao Mercosul entre 1990 e 1995 representaram 13% do total destinado aos países em desenvolvimento, fora a China, totalizando cerca de US\$ 30 bilhões. Em 1997, segundo o *World Investment Report*, o Mercosul recebeu aproximadamente US\$ 20 bilhões, valor 41% superior aos US\$ 14,2 bilhões recebidos em 1996 (Almeida, 1998a: 10).

Um verdadeiro processo de integração não pode e não deve ser apenas econômico e comercial, mas passa por outras dimensões igualmente relevantes: política, social, cultural, ecológica, etc. A esse respeito, devemos lembrar que o Mercosul em seu nascedouro foi sobretudo político, oriundo de um projeto geopolítico baseado no fomento da distensão política entre a Argentina e o Brasil. Posteriormente, em junho de 1996, os quatro presidentes do Bloco assinaram uma Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul, a chamada “Cláusula Democrática”, pela qual os quatro países assumiram o compromisso de consultarem-se e de aplicarem medidas punitivas, dentro do espaço normativo do Mercosul, em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática em algum Estado-membro. Na mesma oportunidade, assinaram também uma declaração sobre diálogo político, estabelecendo um mecanismo de consulta e de concertação política mútua. Finalmente, firmaram uma declaração sobre as Ilhas Malvinas pela qual reiteraram o apoio tradicionalmente dado à posição argentina sobre a questão (Coelho, 1998: 44-45).

No que diz respeito à Alca, os quatro países se reuniram antes das decisões importantes sobre a integração das Américas e, sobretudo, posicionaram-se de maneira uniforme, tomando posições como Bloco e não só como país, tanto nas reuniões de ministros da Alca em Belo Horizonte, Brasil, em maio de 1997, como em São José, Costa Rica, em março de 1998. Também adotaram posições idênticas antes e durante a II Cúpula das Américas, celebrada em Santiago, Chile, em abril de 1998², e mantêm uma coordenação constante em relação ao processo de regionalização.

O Mercosul foi criado há alguns anos e veio para ficar, segundo reconheceu o próprio presidente dos EUA durante viagem ao Brasil em 1997. A exemplo da União Européia (UE), deverá superar as dificuldades que surgirão, sempre caminhando na direção da *consolidação e aprofundamento*. Nesse sentido,

² Existem também reuniões bilaterais entre Brasil e Argentina que visam debater certos conflitos e uniformizar pontos de vista. Em uma dessas reuniões, realizada no Rio de Janeiro em abril de 1998, foi assinada a Declaração do Rio, na qual se reconhece que “o Mercosul é o mais importante projeto da nossa história de quase cinco séculos de convivência”, e que, “juntos, estamos construindo uma profunda e verdadeira aliança estratégica” (Coelho, 1998: 45).

o papel do Estado é decisivo. O que está em jogo é a própria estabilidade econômica e política de cada país e da sub-região como um todo. Cumpre construir um arcabouço normativo e institucional sólido, capaz de harmonizar as ações dos quatro países e de minimizar os riscos e conflitos internos. Assim, o Bloco poderá reforçar sua imagem como personalidade jurídica que já adquiriu em 1995 e, principalmente, seu papel como ator internacional.

Por outro lado, o Mercosul deve procurar harmonizar melhor as suas políticas macroeconômicas, fiscais e tributárias, se quiser atrair mais investimentos. A fragilidade de sua estrutura jurídico-institucional é outra questão a ser enfrentada, assim como a problemática das instituições supranacionais. Nesse sentido, a criação de um tribunal permanente para todo o Bloco coloca-se como imprescindível.

No que diz respeito à área financeira, impõe-se uma presença mais forte do Estado, de modo a disciplinar a ação de empresas transnacionais e, sobretudo, do capital especulativo. Na crise latino-americana ocorrida no segundo semestre de 1998, por exemplo, faltaram regras comuns para direcionar os capitais e homogeneizar as posições dos Estados.

Será preciso avançar também em relação a temas como propriedade intelectual, políticas ambientais e utilização das novas tecnologias.

A principal lacuna no entanto refere-se à questão social e à maior participação tanto dos empresários quanto dos trabalhadores, nas decisões e nos destinos do Bloco, tema que abordaremos mais adiante. O fato é que a sociedade civil, por meio de seus diversos segmentos como as associações de classe e as organizações não-governamentais, não dispõe dos espaços necessários para estar presente, conforme deveria. O mesmo pode-se dizer com relação aos Parlamentos.

2. 2. A ALCSA

O processo de formação e consolidação do Mercosul se apoiou sempre em um espírito de flexibilidade e sobre um modelo aberto de integração em relação aos outros países da América do Sul, segundo uma ótica de *building block*. Com esses princípios em vista e com o objetivo de dinamizar o processo de integração em curso, em outubro de 1993 o então Presidente do Brasil Itamar Franco lançou a idéia, durante a VII Reunião dos Presidentes do Grupo do Rio³, em Santiago, Chile, da formação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa) que incluiria os países do Mercosul e da Comunidade

³ O Grupo do Rio integra os 11 países da Aladi mais um representando a América Central e outro, o Caribe; é a mais alta instância de coordenação política entre países latino-americanos.

Andina (CAN), além do Chile. O Brasil propôs inicialmente a criação de um programa recíproco de redução tarifária e de eliminação das restrições não-tarifárias que incidem sobre o comércio intra-regional de bens, exceto para os serviços (Chaloult, 1996). A idéia de criação da Alesa avançou um pouco, mas, por vários motivos políticos e econômicos, ficou “congelada” durante alguns anos, até ressurgir com maior força, especialmente em 1998.

A partir de 1995, quando o Chile percebeu que dificilmente poderia ser o quarto país-membro do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), iniciaram-se as negociações para torná-lo um país associado ao Mercosul, dentro da ótica do modelo 4+1. A Bolívia adotou a mesma atitude e, a partir de 1996, ambos se tornaram países associados ao Mercosul, mediante acordos de livre comércio. O objetivo, a médio prazo, é formar uma zona de livre comércio entre os seis países.

O Mercosul com o Chile e a Bolívia representam mais de 80% do PIB da América do Sul e têm relações comerciais significativas entre si. Por exemplo, em 1997, os países do Mercosul exportaram mais de US\$ 3 bilhões para o Chile e importaram quase US\$ 1,9 bilhão, totalizando uma corrente de comércio de quase US\$ 5 bilhões. Note-se, todavia, que o Chile tinha um déficit comercial de mais de US\$ 1,1 bilhão com o Mercosul em 1997 (Aladi, 1998).

A tendência de uma maior integração entre os seis países vai-se consolidando, não só no plano econômico, mas também no político. Durante a II Cúpula das Américas, os seus Presidentes, em paralelo à Declaração Presidencial dos 34 chefes de Estado ali reunidos, assinaram a chamada “Declaração Presidencial sobre o Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos”, de cunho política.

Obviamente, essa nova forma de integração traz benefícios econômico-políticos para os quatro países-membros. A presença do Chile como país associado abre-lhes uma dimensão bioceânica Atlântico/Pacífico, e com ela os portos chilenos, para que os produtos do Mercosul alcancem toda a Ásia. Por sua vez, a integração com a Bolívia facilita o transporte hidroviário e a interligação energética na região. Favorece ainda a implementação do projeto do gasoduto para captação de gás da Bolívia pelo Brasil, no qual estão garantidos investimentos da ordem de US\$ 1,4 bilhão, parcialmente financiados pelo Banco Mundial (Bird) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Quanto ao processo de integração do Mercosul com o Chile e com a CAN, vale notar que o Bloco daí resultante representa mais de 99% do PIB da América do Sul e totaliza mais de 300 milhões de consumidores potenciais. O Bloco é em si heterogêneo, sendo evidentes as diferenças de desenvolvimento

entre as nações andinas e as do Mercosul. Embora as primeiras possuam o correspondente a 40% da área e a 51% da população total do Mercosul, seu PIB equivale a apenas 22% do PIB do Mercosul. Ademais, somente dois países, Colômbia e Venezuela, são responsáveis por quase a metade do comércio entre os países andinos (Almeida, 1998b).

A corrente de comércio entre o Mercosul e a CAN totalizou cerca de US\$ 4,7 bilhões em 1996 e mais de US\$ 5,9 bilhões em 1997, significando um aumento de mais de 25%, o que mostra quão acelerada é a tentativa de integração econômica. Entre 1990 e 1997, o fluxo das exportações do Mercosul para a CAN cresceu 172% e o das importações, 113%. Existe o perigo de um déficit crescente na balança comercial da CAN com o Mercosul, o que pode complicar e dificultar o processo de bilateralização em curso. Por exemplo, em 1997, o Mercosul exportou mais de US\$ 3,9 bilhões e importou pouco menos de US\$ 2,1 bilhões da CAN (Aladi, 1998).

Apesar das dificuldades, a intensificação dos laços entre esses países avança em nível político e institucional. Em abril de 1998, em Buenos Aires, o Mercosul assinou com a CAN um Acordo-Quadro que prevê a substituição de acordos entre países por acordos entre Blocos e a criação de uma zona de livre comércio entre os dois Blocos a partir do ano 2000. O objetivo do ato, conforme na ocasião se pronunciou o Presidente argentino, Carlos Menem, era a formalização da Alcsa, mediante a expansão e a diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação de travas que afetam o comércio recíproco. O acordo prevê também o estabelecimento do marco jurídico e institucional de cooperação e integração econômica e física, contribuindo para a criação do espaço econômico ampliado, em duas etapas.⁴

Do ponto de vista analítico, a construção da Alcsa se adequa perfeitamente ao modelo de regionalismo aberto adotado pelos países sul-americanos, que, conforme já vimos, é do tipo *de jure*, em que o papel do Estado é vital para o avanço da integração. Ademais, favorece o aprofundamento do Mercosul rumo a um mercado único e à promoção da integração não só comercial, econômica e política, mas também em termos energéticos, viários e de infraestrutura em escala ampliada. Essa orientação não se volta contra ninguém, pois o que se preconiza é o regionalismo aberto.

⁴ Em 1999, os dois Blocos negociam um acordo de preferências tarifárias sobre a base do patrimônio histórico, mas que pode incluir produtos novos. Tal acordo substituiria os de alcance parcial existentes entre os países das duas regiões. Embora as negociações sejam difíceis e lentas, Mercosul e Can esperam assinar um acordo de livre comércio que abordará o universo dos produtos.

A ampliação da rede dos acordos de livre comércio, em diversos níveis e com vários países da América do Sul, tem muitas vantagens. Ela dá um maior poder de barganha nas negociações de acordos de integração com países desenvolvidos. Por outro lado, a ampliação do mercado resulta em economias de escala, as quais se traduzirão em posições de maior eficiência, diminuindo os altos custos de um ajustamento, na hipótese de integração com países do Hemisfério Norte, seja via Alca ou via UE. Do ponto de vista dos empresários, as análises indicam que o mercado regional é fundamental para as pequenas e médias empresas no aprendizado do comércio externo. Essas empresas conseguem exportar para países latino-americanos, mas não teriam de imediato o fôlego necessário para entrar no mercado dos países do Norte. Uma fase de transição é benéfica.

2.3. ALADI, MCCA E CARICOM

O Mercosul está negociando com o México, único país da Aladi que não pertence à América do Sul e está pouco envolvido no processo em curso. As negociações, no entanto, têm progredido muito mais lentamente do que se esperava. Enquanto o Mercosul inclina-se por um acordo do tipo 4+1 com bilateralidades excepcionais, o México pleiteia um critério mais flexível, com maior presença de concessões bilaterais específicas (lembramos que o acordo de alcance parcial que liga o México e o Uruguai no âmbito da Aladi tem uma ampla cobertura de bens). Essas diferenças de perspectiva, que minam a união de todos os 11 países latino-americanos da Aladi, podem se arrastar por muito tempo, especialmente tendo em vista que o México é membro do Nafta e que, de outro lado, tem vários acordos bilaterais com países latino-americanos e do Caribe.⁵

Focalizando o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), constatamos que as relações comerciais são pouco significativas. Por exemplo, em 1997 o Brasil exportou para aquele Bloco apenas US\$ 199 milhões, o equivalente a cerca de 0,4% de todas as suas exportações. Comparando esse montante com o de anos pretéritos, verifica-se que não houve intensificação da integração nos últimos anos, pelo contrário. Em 1992 e 1994, as exportações

⁵ A impossibilidade de se chegar a um acordo plurilateral das preferências para dezembro de 1997 levou os membros do Mercosul a resolver que cada um determinaria de maneira independente os passos a seguir, em termos de renovação transitória dos acordos bilaterais existentes, até que seja concluído um novo acordo mais abrangente (Bouzas et al., 1998). Assim, enquanto os demais países membros optaram por estender seus acordos bilaterais com o México — especialmente a Argentina que, sem consultar os outros países, assinou, em 1998, um acordo até 2001 — o Brasil, em 1998, preferiu não prorrogar o seu acordo.

brasileiras foram de respectivamente US\$ 207 milhões e 242 milhões (*Exportações...*, 1997: 375). Em termos políticos, um fato animador foi a assinatura de um Acordo-Quadro de Comércio e Investimento entre o Mercosul e o MCCA, na Cúpula de Santiago em abril de 1998. O acordo representa um marco político e institucional importante para as duas regiões e poderá acelerar a integração dos dois Blocos.

Por último, os dados relativos às trocas comerciais com a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (Caricom) não são dos mais expressivos. Para citar um exemplo, em 1997, o Brasil, principal país do Mercosul, exportou para aquela região somente US\$ 137 milhões, o que representa menos de 0,3% do seu comércio global. Ainda assim, considerando que no período 1992-97 as exportações brasileiras aumentaram de US\$ 87 milhões a um pouco mais de US\$ 137 milhões, podemos concluir que houve um significativo aumento de mais de 58% (*Exportações...*, 1997: 375).

3. RELAÇÕES MERCOSUL/ALCA

Em dezembro de 1994, os EUA formularam convite para uma reunião de Cúpula, em Miami, dos 34 Chefes de Estado das Américas e do Caribe, com exceção de Cuba, a fim de propor a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) até o ano de 2005.

A inflexão que a Alca representa na política hemisférica dos EUA tem elementos de continuidade com o passado, mas apresenta inovações. Os elementos de continuidade estão representados por um certo intervencionismo nem sempre velado. No período da guerra fria, esse intervencionismo assumiu características militares, nos casos, por exemplo, da Guatemala e da República Dominicana. Durante a Aliança para o Progresso, combinou-se a busca da *entente* política, lubrificada por programas de ajuda, com medidas militares de forte potencial intervencionista, consubstanciadas na doutrina de contra-insurgência.

A novidade tanto da “Iniciativa para as Américas” — lançada pelo presidente Bush em 1990, propondo a integração pan-americana por meio da criação de uma zona de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo, tanto quanto da subsequente proposta da Alca, defendida pelo Presidente Clinton, está em que elas não decorrem de uma situação em que os EUA se encontrem ameaçados política ou militarmente, o que levaria o país, como nos casos citados, a buscar a coesão continental para fazer frente a um perigo externo. Ao contrário, os EUA ostentam uma posição triunfante e pouco contestada. Ademais, as duas “Iniciativas” não estabelecem explicitamente programas de ajuda. A celebração da democracia, tal como se deu no caso da Aliança para o

Progresso, persiste, só que agora associada com liberalismo econômico, mais especificamente livre comércio.

A Iniciativa Bush não chegou a ser implementada, e a Alca não chega a propor uma agenda abrangente para a América Latina, como no passado. Não obstante, o caráter singelo e a aparência puramente econômica da Alca não deixam de recobrir, de fato, a sua importante vertente *política* (Garcia, 1998).

Os EUA continuam mantendo e até consolidando a sua atual hegemonia nas Américas. O componente político da Alca está diretamente relacionado à emergência e à ascensão do Mercosul, cuja crescente liderança na América do Sul pode a médio prazo forçar os EUA a renegociarem as suas formas de hegemonia. Essa nova situação é claramente ilustrada pelo depoimento, perante uma subcomissão do Senado norte-americano, da representante comercial dos EUA (cargo de primeiro escalão), Charlene Barchefsky:

O interesse crescente que desperta o Mercosul, não só na América do Sul e no Caribe, mas também na Europa, no Japão e na China, é [por nós] percebido como uma ameaça aos interesses comerciais e à própria liderança dos Estados Unidos no hemisfério (Martins, 1997: 57).

A exemplo de outros blocos econômicos, definimos a Alca como sendo uma integração *de jure*, com fortes elementos de *assimetrias* entre os 34 atores/Estados em jogo. Trata-se de uma tentativa de integração que está sendo construída a partir de uma forte pressão de uma das partes sobre as demais, e de ambivalências e relutâncias de outras partes ou blocos já existentes. Alguns países vêem a iniciativa como uma imposição por parte dos EUA (Martins, 1997), com vistas a manter a sua hegemonia na região.

Dois aspectos estão em jogo: o *timing* das negociações e o mérito da proposta. No que diz respeito ao *timing*, o Mercosul deixou claro que a sua posição diverge da dos EUA, que querem apressar o processo de integração. A questão do mérito é mais complexa e está repleta de dúvidas para o Mercosul e outros Blocos ou países, em grande parte devido à evidente assimetria da integração proposta e às tensões e conflitos gerados, os quais só podem ser resolvidos pelos Estados da região.

É certo que os interesses comuns e as vantagens recíprocas advindas da associação de alguma forma qualificam esse diferencial de poder entre as partes envolvidas. Mas parece certo também que, quando esse diferencial é muito grande, ampliando-se a assimetria no âmbito da integração, a apropriação desigual de benefícios que daí pode decorrer pode pôr em xeque o próprio princípio da constituição de blocos regionais. É nesse sentido, aliás, que conflitos de interesses, sobretudo quando decorrem ainda de disputas por hegemonias

políticas, antes restritos às relações bilaterais entre Estados, tendem cada vez mais a também se expressar 'através' da regionalização. A eventual formação da Alca apresenta um caso óbvio (e extremado) de integração assimétrica, dado o peso exercido pelos Estados Unidos na região (Martins, 1997: 31).

Do ponto de vista econômico, a assimetria é óbvia. O PIB dos EUA corresponde a mais de 76% do PIB dos 34 países. Por outro lado, os 24 menores países da região, pertencentes sobretudo ao Caribe e à América Central, totalizam menos de 1% do PIB total, revelando disparidades gritantes. A renda *per capita* dos EUA ultrapassa US\$ 26 mil, enquanto a do Haiti é de cerca de US\$ 265.

Para os demais países da região, os EUA são, de longe, o maior parceiro comercial, já o inverso não sendo verdadeiro. Os EUA absorvem 15% das exportações do Mercosul e 38,5% das dos demais países latino-americanos, excetuado o México. Em troca, suas vendas ao Mercosul equivalem a somente 3% de suas exportações totais. Considerando o resto da América Latina, com exceção do México, a proporção é de 3,7% (Serra, 1998: 18).

Essas assimetrias econômicas entre os EUA e os demais países latino-americanos e caribenhos se constituem em um problema fundamental, pois seus efeitos econômicos e sociais têm desdobramentos políticos inevitáveis. Ademais, os alcances da Alca não se esgotam na formação de uma área de livre comércio, mas representam um acordo global que pretende abarcar muito mais, incluindo os serviços, o sistema financeiro, as compras governamentais e os investimentos. Nesse sentido, a proposta visa a aprofundar os processos de desregulamentação econômica e financeira impostos à América Latina no vácuo produzido pela crise da dívida externa dos anos 1980, os quais, em um quadro de claras assimetrias econômicas e tecnológicas, como as que existem entre os EUA e os países da região, tendem a favorecer a economia norte-americana (Tavares, 1998b).

Um outro fato relevante complica a situação: a rápida e unilateral abertura comercial dos países da América Latina nos últimos dez anos. Por exemplo, entre 1987 e 1990, a tarifa média brasileira caiu de 51% para 32,2%, atingindo, em 1996, o nível de 12,1%. Em 1996, vários outros países expressivos da região tinham uma tarifa média da mesma ordem: Argentina, 13,4%, Chile, 11%, Colômbia, 13,4% e México, 12% (Serra, 1998: 20).

Nessa abertura comercial latino-americana, a redução das tarifas não foi acompanhada da introdução de barreiras não-tarifárias às importações, do tipo quotas, barreiras técnicas, sanitárias e ambientais. A política de abertura foi eminentemente unilateral, não se fazendo acompanhar de um relaxamento das

restrições praticadas pelos principais mercados consumidores, localizados nos países do Hemisfério Norte. Conseqüentemente, uma possível implantação da Alca deveria ser acompanhada, em uma primeira etapa, de eliminação substancial das barreiras não-tarifárias impostas pelos EUA sobre as exportações da América Latina e do Caribe. Tal deveria ser feito sem concessões do Sul, simplesmente porque elas já foram feitas, sendo que as tarifas estão baixas e os controles quantitativos foram eliminados (Serra, 1998: 24).

Prova dessa abertura é que o déficit comercial do Mercosul com os EUA vem crescendo exponencialmente. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Brasil, o que em 1991 era um superávit de US\$ 600 milhões na balança comercial do Bloco com os EUA, passou, em 1994, a um déficit de US\$ 1,2 bilhão, aumentando para US\$ 4,6 bilhões e US\$ 5,8 bilhões em 1995 e 1996. Enquanto isso, as exportações daquele país saltaram de US\$ 5,6 bilhões em 1990 para US\$ 17,3 bilhões em 1996, representando um elevadíssimo aumento de 208% (Brasil, 1999).

Focalizando especificamente o Brasil, os dados confirmam a mesma tendência. Com efeito, de 1990 a 1996, as compras provenientes do mercado americano tiveram um aumento de 165,9%, enquanto as vendas do Brasil aos EUA aumentaram em somente 20,9%. O saldo comercial, que em 1990 foi favorável ao Brasil em US\$ 3,2 bilhões, em 1996 tornou-se deficitário em US\$ 2,5 bilhões. Entre 1992 e 1996, as importações brasileiras provenientes dos EUA aumentaram cinco vezes mais do que as suas exportações (Tachinardi, 1997). Em 1997 a balança comercial Brasil/EUA totalizou um elevadíssimo déficit brasileiro de US\$ 4,9 bilhões, enquanto, em 1998, embora menor, esse déficit atingia o expressivo valor de US\$ 3,6 bilhões. Trata-se sem dúvida de dados muito alarmantes para o Brasil, o país de maior peso do Mercosul (Brasil, 1999).

Finalmente, resultados preliminares de uma pesquisa em andamento no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão subordinado ao Ministério do Planejamento do Brasil, apontam os efeitos que uma redução tarifária na Alca teria sobre o comércio entre o Brasil e os EUA. Com as tarifas de importação no comércio bilateral zeradas, as exportações norte-americanas para o mercado brasileiro aumentariam duas vezes mais que os embarques do Brasil para os EUA (Schwartz, 1998).

Todos esses dados ilustram não somente a rápida e unilateral abertura comercial do Sul, como preocupam qualquer analista, se considerarmos que a maioria desses países, além de não ter uma estrutura industrial e agrícola complementar com a dos EUA, possui um nível de integração produtiva, desenvolvimento tecnológico e escalas de produção substancialmente menores,

colocando-os em uma posição de nítida inferioridade para competir com a indústria norte-americana. Uma liberalização do comércio hemisférico, antes mesmo de se chegar à eliminação total de tarifas e de outras barreiras não-tarifárias, teria um impacto altamente destrutivo sobre a indústria de muitos países. Mesmo as empresas que já conseguiram ajustar-se à maior concorrência dos importados decorrente da atual onda política de liberalização, inclusive as que operam no âmbito do Mercosul, da CAN e de outros blocos da região, dificilmente suportariam a redução de tarifas, dado o baixo nível de proteção interna da indústria e da agricultura em alguns blocos (Tavares, 1998b). Todos esses fatores reforçam a posição do Mercosul, que defende que os prazos do processo de integração sejam esticados e que as decisões sejam tomadas na linha de um “empreendimento único” (*single undertaking*). A grande maioria dos empresários e exportadores do Mercosul apóia os respectivos Estados nas posições tomadas pelo Bloco.

Após a Cúpula de Miami de 1994, houve várias reuniões ministeriais a fim de discutir a idéia e o formato da Alca. Como já mencionamos, os 34 chefes de Estado *da região* reunidos em abril de 1998 em Santiago, Chile, assinaram um “Plano de Ação da II Cúpula das Américas” abordando vários temas sociais, especialmente educação, e firmaram a chamada “Declaração de Santiago”, que apresenta princípios gerais e sua operacionalização no que diz respeito ao processo de integração em curso. Na cerimônia de encerramento da Cúpula, o Presidente do Brasil fez referência, em discurso de improviso, ao único país ausente — Cuba —, defendendo sua futura inclusão no esquema regional e as relevantes políticas sociais daquela nação.⁶

Em Santiago, cinco idéias básicas foram acordadas, indicando que, quanto ao mérito, a Alca deve: a) ser um processo decisório por consenso; b) ser um empreendimento único; c) respeitar a coexistência entre a Alca e os acordos bilaterais e sub-regionais de integração mais amplos e profundos; d) estimular a compatibilidade entre a Alca e a Organização Mundial do Comércio (OMC); e) levar em consideração os países com economia menor, como os do Caribe e da América Central. No que diz respeito a esse último ponto, deve haver um processo de negociação flexível e gradual que favoreça a

⁶ Ao final de sua intervenção, o Presidente Cardoso disse: “E também não gostaria de deixar de dizer uma palavra, uma que seja, sobre as muitas dúvidas e indagações que ouvi pelos corredores, sobre por que não todos. Falta talvez ainda um país. Este país firmou aqui, em Valparaíso, um compromisso com a democracia. Esse país que falta tem um contrato social, preocupa-se profundamente com educação e com saúde. Por que não dar os passos da democracia, que são tão bem-vindos, para que amanhã nós todos possamos dizer: *Nuestra América es una sola, democrática y hecha de hermanos*” (Cardoso: 1998: 3).

implementação de medidas de proteção especial para as economias menos desenvolvidas, a fim de diminuir os impactos dos desequilíbrios econômicos existentes entre, por exemplo, os EUA e os países do Caribe.

A imprensa, alguns analistas acadêmicos como Paul Krugman e vários diplomatas comentaram que os debates em torno de temas como a educação, a democracia, a luta contra drogas e a possível reintegração de Cuba foram bastante retóricos e serviram para encobrir o parcial fracasso das negociações, considerando que, sem a aprovação do *fast track* pelo Congresso norte-americano, o governo dos EUA tinha um poder de negociações bastante reduzido. A falta desse instrumento de negociação favoreceu a estratégia do Mercosul, que era a de protelar a tomada de decisões-chave. Por outro lado, fortaleceu a imagem do Mercosul como Bloco que negocia de forma unida e consegue avançar na defesa de seus pontos de vista.

Os resultados da Cúpula de Santiago também contribuíram para reforçar a liderança do Brasil na América do Sul e no âmbito da Alca como um todo.⁷ Saiu fortalecida a posição brasileira, que defende uma maior autonomia para os países, seja via adesão às regras e normas internacionais, seja via o multilateralismo. Mas, para implementá-la, é indispensável que os mesmos negociem o apoio de empresários e trabalhadores.

Olhando para o futuro, percebe-se que muitos problemas persistem: a) a falta de consenso entre governos; b) a falta de disposição interna na sociedade civil e no Congresso norte-americanos para aprovação do *fast track*; c) a obtenção de tratados comerciais mais amplos na OMC ou outros foros multilaterais.

Entretanto, a contradição maior é aquela que analisamos anteriormente, qual seja, a integração assimétrica que a Alca significa e a acentuada hegemonia econômica e política dos EUA na região. Os países do Mercosul, especialmente o Brasil, tentam negociar os termos dessa hegemonia, por intermédio da negociação dos limites da adesão. Uma posição defensiva frente à Alca pode ser uma posição ofensiva em nível de política regional na América do Sul e, globalmente, em nível de outros foros ou Blocos fora das Américas. Diante de uma ordem em que existe a preeminência absoluta de um país na região e no planeta, buscam-se possibilidades futuras de haver outros núcleos de decisões, sem criar contradições irreversíveis.

⁷ O presidente Fernando Henrique Cardoso foi o único presidente não anfitrião de uma Cúpula a discursar na cerimônia de encerramento em Santiago (os outros oradores foram os Presidentes dos EUA, sede da Cúpula em 1994, e do Chile e o Primeiro-Ministro do Canadá, sede da próxima Cúpula).

Dentro desse prisma, o Mercosul tentou, antes da Cúpula de Santiago, defender negociações efetivas e amplas com todos os sócios da Alca, em que se viabilizariam *trade offs* e em que poderiam ser aplicados princípios gerais e procedimentos que respeitassem as especificidades de cada país e que atuassem no sentido de corrigir, ao invés de agravar, os desequilíbrios existentes na Alca. Após a Cúpula, os países-membros do Mercosul não vêem a Alca como uma inevitabilidade, mas como um possível projeto político e econômico que terá valor somente se for equilibrado, gradual e compatível com os interesses nacionais de cada país.

Na reunião dos Comitês de Negociação da Alca, realizada em Buenos Aires em junho de 1998, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, mostrou-se bastante cético no que diz respeito ao futuro da Alca ao afirmar que

no momento é muito prematuro esperar que possa haver negociações sérias e profundas, porque não há condições políticas para isso, sem o *fast track*. Ademais, o recado do Congresso norte-americano é de que não há disposição política para liberar o comércio aos nossos produtos... Como é que vou entrar em um exercício de liberalização sem saber o que vou ter em troca? Assim, não vale a pena (Gazir, 1998).

Segundo o Ministro, ainda não é possível prever se a Alca começará mesmo a ser implementada em 2005, sobretudo quando se considera que uma das principais reivindicações do Mercosul, a de que os EUA levantem barreiras comerciais contra produtos agrícolas, não foi atendida. Antes da reunião de negociações em Miami, em setembro de 1998, o Ministro declarou:

não haverá Alca nem concessões para maiores oportunidades de acesso ao nosso mercado se não houver condições de acesso para nossos produtos no mercado norte-americano (Gonzalez, 1998).

Afirmou ainda que o governo argentino concorda com a opinião do Brasil sobre a Alca (Gazir, 1998).

Finalmente, tanto os empresários quanto os trabalhadores, por intermédio de seus representantes oficiais nas Centrais Sindicais do Cone Sul, apoiam as posições adotadas pelo Mercosul, em particular a cautela, indicando que o primeiro passo é aprofundar o processo de integração em curso no Cone Sul e de formação da Alca, incorporando a ele novas áreas, como serviços, propriedade intelectual, compras governamentais, concorrência e novos temas, como meio ambiente, relações trabalhistas, circulação de mão-de-obra, etc. Após avanços efetivos na América do Sul, o futuro Bloco da Alca teria, sem dúvida, melhores condições para fazer parte de uma integração menos assimétrica.

4. RELAÇÕES MERCOSUL/UNIÃO EUROPÉIA

O Mercosul tem uma identidade como projeto político e deve protegê-la, reforçando, dessa forma, a soberania dos seus países-membros. Uma das melhores maneiras de proteger essa identidade, tendo em vista que os objetivos do Bloco não se resumem ao campo econômico, consiste em salvaguardar o seu atual caráter de *global trader*, preservando o equilíbrio nas trocas comerciais com parceiros ou blocos de vários continentes. Uma certa independência no tocante à política econômica é estratégica para a política externa do Mercosul. Conseqüentemente, afastada a hipótese de vínculos excludentes nas relações externas do Mercosul, melhor seria examinar suas opções *diante* de blocos, tipo Alca ou União Européia, e não *entre* eles (Dauster, 1997: 3), mantendo um relativo equilíbrio comercial com diversas regiões do planeta.

Por esses motivos, o Mercosul deve cultivar as suas relações com a UE, maior mercado integrado do planeta, com mais de 370 milhões de habitantes e totalizando mais de um terço do comércio mundial. O lançamento da nova moeda, euro, fortalece a União Européia, que pode ampliar seus investimentos no Mercosul, o qual, por sua vez, está habilitado a abrir novas parcerias com a UE em setores como infra-estrutura, telecomunicações, transportes e portos, tecnologias ambientais, transferências de tecnologias em setores de ponta, etc.

Em termos puramente comerciais, segundo a Secex, em 1996 a UE absorveu mais de 24% das exportações do Mercosul e foi responsável por mais de 26% de todas as suas importações. Considerando o período de 1991 a 1996, as exportações do Mercosul para a UE passaram de US\$ 14,7 a 18 bilhões, enquanto as importações deram um salto enorme, totalizando US\$ 7,8 bilhões em 1991 e US\$ 21,9 bilhões em 1996. A análise dos dados revela que os resultados da balança comercial entre os dois Blocos se inverteram: em 1991, o Mercosul teve um superávit de mais de US\$ 7 bilhões e, em 1996 e 1997, um déficit de cerca de US\$ 3,8 bilhões e 3,9 bilhões, respectivamente. Essa tendência é, sem dúvida, nociva para o Bloco e deve ser revertida. Embora muito significativo, esse déficit é menor do que o déficit com os EUA, que em 1996 totalizou US\$ 5,8 bilhões.

Esses dois déficits são resultado, em grande parte, da rápida abertura comercial dos países do Mercosul, conforme já analisado, e também da manutenção das barreiras tarifárias e não-tarifárias da UE e dos EUA, especialmente no que diz respeito aos produtos agrícolas, que só nos EUA recebem mais de US\$ 130 bilhões de subsídios. Esses produtos, inseridos em um processo extremamente complexo, são objeto de renegociações na OMC, isto é, em uma perspectiva de abertura multilateral do comércio internacional.

Objetivando o equilíbrio do Mercosul nas suas relações com diversas regiões do planeta, em dezembro de 1995 os seus países-membros assinaram

em Madri um Acordo-Quadro de Cooperação Econômica e Comercial com a UE, prevendo um processo de liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. Em julho de 1998, a Comissão Européia, principal órgão executivo da UE, decidiu propor ao Conselho dos 15 Ministros iniciar negociações com Mercosul e Chile para desenvolver uma associação inter-regional, estabelecendo: a) uma zona de livre comércio, por meio de uma progressiva redução das tarifas aduaneiras e, sobretudo, do desmonte das barreiras não-tarifárias e da gradual eliminação dos subsídios agrícolas, consagrando, dessa forma, uma nova relação iniciada em 1995;⁸ b) uma parceria para questões políticas e de segurança; e c) uma cooperação reforçada nas áreas econômica e institucional. O objetivo do Mercosul é ir acertando o acordo no mesmo ritmo das negociações na Alca, previstas para começar, possivelmente, em 2005.

Paralelamente, os 32 países da América Latina e do Caribe estão preparando um encontro de cúpula com os 15 chefes de governo da UE, cogitado inicialmente pela Espanha e lançado oficialmente pelo Presidente Chirac, da França, quando da sua visita à América do Sul em 1997. O encontro, previsto para acontecer no Rio de Janeiro em junho de 1999, poderia servir de contrapeso à Cúpula de Santiago, aumentando o poder de barganha dos países do Hemisfério Sul em face dos EUA.

5. ATORES NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

5.1. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Os fenômenos da globalização e da regionalização são profundamente influenciados pelas organizações internacionais que incentivam a economia política da globalização, a abertura dos mercados e as transformações das políticas internas de cada país. Instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMC defendem o fortalecimento do sistema multilateral do comércio, diminuindo conseqüentemente a importância de negociações localizadas, como Mercosul/UE ou Mercosul dentro da Alca.

Paralelamente, existem organizações internacionais que exercem um papel-chave na elaboração e na implementação de novos acordos regionais,

⁸ Entretanto, existe uma pressão forte e bem organizada de agricultores europeus, especialmente os franceses, para protelar o início das negociações desse acordo de livre comércio UE/Mercosul, que implicará um acesso mais fácil de produtos sul-americanos, como grãos e carne, no mercado europeu. Segundo um documento da Comissão Européia, vazado em julho de 1998, "a UE teria de gastar entre US\$ 6,2 bilhões e US\$ 15,6 bilhões por ano para compensar produtores europeus prejudicados pelas exportações do Mercosul, no caso de um acordo ser fechado" (Dantes, 1998: 8).

além de darem um certo apoio logístico na execução desses acordos. Por exemplo, na Alca, quatro organismos se destacam: a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Podemos detectar ainda a presença de Organizações que negociam diretamente acordos setoriais, como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE). A OCDE negocia o perfil e a implementação de um acordo multilateral importantíssimo, o chamado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI ou MAI), o qual é de valor vital para os países do Sul, na medida em que diminui sobremaneira a soberania nacional dos países, mediante a desregulamentação dos investimentos. Três aspectos do AMI ilustram a diminuição do papel do Estado e da soberania dos países que o assinam: a) a absolutização dos direitos dos investidores estrangeiros, que passam a ter o direito de investir em qualquer área, setor ou atividade, sem nenhuma restrição; b) a prevalência dos critérios dos investidores estrangeiros que, segundo o Acordo, poderão exercer, segundo suas próprias interpretações, seu direito à indenização ou a exigir a revogação de medidas consideradas discriminatórias; c) a abdicação das prerrogativas do Estado, considerando que o Acordo dá ao Estado e aos investidores privados estrangeiros os mesmos direitos e o mesmo status para aplicarem suas cláusulas. Os investidores estrangeiros poderiam acionar os governos nacionais em tribunais de sua própria escolha. Os Estados abrem mão de submeter os litígios à arbitragem internacional. Uma vez que tenham aderido ao Acordo, os Estados ficam irrevogavelmente atados ao mesmo por vinte anos (Tavares, 1998a).

Diante desses fatos e da falta de transparência na elaboração e na negociação do AMI, diversas entidades brasileiras, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de parlamentares, começaram a debater e a questionar o Acordo. A CNBB, por exemplo, declarava, em agosto de 1998, que “preocupa-nos o Acordo Multilateral de Investimentos, em negociação e cuja aceitação, pelo Brasil, teria conseqüências desastrosas em nossa capacidade de orientar soberanamente nosso desenvolvimento” (Comissão Brasileira Justiça e Paz, 1998: 3).⁹

⁹ Na mesma época, o presidente do Conselho Federal da OAB, Reginaldo Oscar de Castro, pronunciou-se em relação a esse acordo nos seguintes termos: “O conceito de pátria, por exigência dos novos tempos, pode ser flexibilizado ou ampliado, em função da vigente ordem econômica mundial. Mas, em hipótese alguma pode ser extinto – muito menos para dar lugar a uma nação corporativa, cuja moral é o lucro” (Comissão ..., 1998: 3).

No exterior, dezenas de organizações não-governamentais e também estadistas colocaram em xeque o AMI e, indiretamente, a participação da OCDE nesse processo. Assim, o Primeiro-Ministro da França, Lionel Jospin, declarava, frente à Assembléia Nacional Francesa, em outubro de 1998, que questionava a utilidade do Acordo em si e que, em lugar de apoiá-lo, esforçar-se-ia, no âmbito da OMC, para derrubar os obstáculos aos investimentos. Jospin argumentou que o Acordo envolve a cessão de soberania a interesses privados e que “a oposição a esse tratado não se aplica apenas a alguns aspectos, mas a todo o seu conceito” (News, 1998). Devido às restrições e críticas ao acordo em vários níveis, a negociação do AMI com a OCDE foi suspensa em dezembro de 1998. A discussão da temática foi “transferida” para o âmbito da OMC.

5.2. EMPRESAS TRANSNACIONAIS

Um outro tipo de ator que desempenha um papel cada vez mais relevante no cenário internacional é a empresa transnacional. Embora não tenha nenhuma nacionalidade, ela é muitas vezes vinculada às políticas de expansão de seu Estado de origem e exerce um papel relevante no interior dos blocos econômicos e entre esses blocos. Não é difícil entender porque, por exemplo, o Fórum dos Empresários foi rapidamente oficializado no bojo da Alca, e porque, em certos eventos importantes da região, mais de mil executivos de grandes empresas transnacionais se deslocam e participam diretamente de discussões programadas, antes das reuniões oficiais dos Estados. As empresas transnacionais adquiriram status de cidadão internacional, que tem acesso a informações-chave e que pode atacar as políticas internas de um Estado e até interpelá-lo diretamente na Justiça, como no caso do AMI.

Focalizando o caso das empresas transnacionais norte-americanas e tendo em vista o processo de formação da Alca, os dados revelam que a América Latina absorve mais de 17% dos investimentos diretos norte-americanos no exterior e 12% dos ativos das filiais no exterior, enquanto conta com 21,7% dos seus lucros e mais de 21% dos seus empregos. Em termos globais, mais de 60% das exportações e mais de 37% das importações norte-americanas dependem das empresas transnacionais localizadas em seu território. Ademais, o comércio intra-empresa das transnacionais representa, por si só, 25% das exportações e mais de 17% das importações do país (Brunelle e Deblock, 1997).

O atual projeto liberal latino-americano, que, como se sabe, é, muitas vezes, indutor de crises conjunturais e estruturais, como as de 1998-99, é reforçado pelas empresas transnacionais. Estas privilegiam o lucro e o incremento do comércio e não dão a devida atenção aos interesses e aos problemas

sociais de cada país, como por exemplo o desemprego. Diante das crises, os Estados tentam atrair capitais externos e investimentos de empresas transnacionais, levando os governos locais estaduais ou nacionais a competir entre si por esses investimentos. Entretanto, a homogeneização das condições de mercado amplia as opções espaciais das empresas transnacionais, aumentando seu poder perante os Estados em diversos níveis. Esse poder, ampliado pelo processo de globalização, permite às empresas influir nas legislações nacionais. Por exemplo, em 1994, 49 países introduziram 110 mudanças em suas legislações sobre o capital estrangeiro, 108 das quais foram no sentido de liberalizar controles sobre investimentos (Martins, 1997: 28-29).

Fatos como esses favorecem as fusões de empresas ou a venda de empresas nacionais a grandes grupos internacionais. Por exemplo, somente no Brasil, de junho de 1997 a junho de 1998, ocorreram mais de 490 fusões e aquisições de empresas (Gleizer, 1998).

Frente a essa nova dinâmica, o Estado tem um papel preponderante a desempenhar. Cabe-lhe traçar o ritmo e os parâmetros da abertura, ater-se a eles e proporcionar às empresas nacionais condições para sua reestruturação com vistas à competição internacional, contrabalançando dessa maneira os efeitos da globalização e o *laissez-faire* do mercado. No âmbito do Mercosul, os Estados incentivam certas empresas a se regionalizarem, ou seja, investindo e focando-se nos mercados dos países do Bloco ou dos países vizinhos pertencentes à futura Alcsa. Nesta atual etapa de desenvolvimento, o que os empresários julgam mais importante é a expansão dentro da região. O objetivo é ser regional, embora uma região como o Cone Sul nem sempre acene com a escala econômica necessária para alimentar certas indústrias regionalmente competitivas. O Estado tenta dar às empresas nacionais e regionais condições objetivas para que possam formular uma integração regional estratégica, de modo a fortalecer o Bloco da América do Sul e evitar que elas sejam absorvidas por grandes grupos transnacionais que tomarão suas decisões nas capitais do Hemisfério Norte.

5.3. MOVIMENTOS SOCIAIS

O processo de integração em curso na América do Sul e nas Américas é objeto de preocupação porque os acordos que estão sendo implementados atingem as sociedades e as políticas internas de cada Estado. Com efeito, esses acordos têm o potencial de Ter impactos sobre o trabalho, o emprego/desemprego e o meio ambiente. Por outro lado, estimulam modificações de caráter liberalizante na Constituição de vários países, como ocorre na Argentina, no Brasil, no México etc., levando a uma real desconstitucionalização de

vários direitos coletivos e sociais adquiridos há décadas. Sob o influxo de políticas econômicas liberais, os Estados recorrem à privatização, à desregulamentação e à desmonopolização de vários setores de suas economias, exercendo influência direta na vida dos trabalhadores e de toda a sociedade (Brunelle e Deblock, 1997).

Entretanto, muitas dessas decisões importantes não são amplamente debatidas com os trabalhadores e com todos os segmentos da sociedade civil, favorecendo certos grupos econômicos. Um real déficit democrático envolve muitas decisões dos Estados no decorrer da implementação das políticas liberais e do próprio processo de integração, impregnado por essas políticas.

Diante desse quadro, os trabalhadores que concordam com a idéia em si da integração dos países latino-americanos e caribenhos questionam o direcionamento que está tomando o processo em curso. Por exemplo, os trabalhadores apoiam o fortalecimento do Mercosul, mas desejam que os seus rumos sejam reorientados, porque o Bloco não consegue alcançar um dos preceitos mais caros do Tratado de Assunção, que é o que defende textualmente a melhoria das condições de vida dos habitantes da região. Ora, deve haver modificações no modelo de integração que repete, em escala regional, políticas de recessão econômica e de exclusão social, agravadas pelas altas taxas de desemprego existentes no Cone Sul.

O movimento sindical e as centrais sindicais dos países-membros do Mercosul, do Chile e da Bolívia, que em 1986 criaram a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), decidiram, após certa hesitação, envolver-se diretamente no processo, sobretudo a partir de 1992. Já existia alguma tendência para a transnacionalização das práticas sindicais no Cone Sul (Chaloult, 1997). As Centrais do Mercosul participaram ativamente do Subgrupo de Trabalho nº 11 (SGT-11), criado pelos governos e denominado "Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social", que posteriormente foi chamado Subgrupo nº 10 (SGT-10). Progressivamente, ficou patente a importância da atuação sindical e seus limites e, também, a perspectiva internacionalista e o interesse nacional ou local (Vigevani, 1998: 20).

Paralelamente, os sindicatos e os empresários se integraram, juntamente com um representante dos consumidores, ao Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), criado no fim de 1994 pelo Protocolo de Ouro Preto do Mercosul, embora esse fórum tenha apenas um papel consultivo. Entretanto, à medida que os Estados avançavam na atribuição de importância ao processo de integração no Hemisfério Sul, os atores sociais tiveram de adequar-se, buscando dele participar como forma de resguardar as próprias posições de classe, corporativas ou setoriais. Afinal, o que está em jogo é o impacto da integração não

só sobre as empresas e o movimento sindical, mas sobre o próprio mercado de trabalho (Barbosa e Veiga, 1997).

O desafio dos trabalhadores consiste em pensar e atuar como uma classe trabalhadora regional e progressivamente continental, em construir uma estratégia comum e em estabelecer novos parâmetros de relações com os empresários, os quais são, cada vez mais, integrados e subordinados a decisões supranacionais.

Quanto à Alca, as evidências são de que os trabalhadores e vários segmentos da sociedade civil estão contra esse processo de integração, por acreditarem que a Alca acentua e acelera os atuais efeitos negativos da política de liberalização econômica na América Latina e os problemas sociais. Acreditam ainda que o déficit democrático na Alca é muito maior do que no Mercosul ou no Nafta. Assim, quando canais de demanda não funcionam de forma satisfatória, grupos de pressão se sentem forçados a buscar formas alternativas de reivindicações que, no limite, reforçam-lhes o poder de barganha e de pressão, como é o caso do Fórum dos Empresários, reconhecido desde 1995, e do Fórum dos Trabalhadores, defendido pelo Brasil e por vários países, na reunião de ministros da Alca, em Belo Horizonte, em maio de 1997, mas vetado por vários países latino-americanos, como Peru, Colômbia, México e Costa Rica. Esses fóruns visam a criar um consenso entre seus participantes a partir da diferença e divergência interna, possibilitando a formulação de uma estratégia verificada para sua participação e negociação no processo de integração (Vigevani e Mariano, 1997).

Na II Cúpula da Américas, em abril de 1998, os trabalhadores defenderam de novo não somente a criação de um Fórum dos Trabalhadores, mas também a criação de um Grupo sobre Assuntos Trabalhistas dentro do processo de negociação para a criação da Alca, a exemplo de outros grupos já formados sobre vários assuntos. Não foram atendidos.

Também durante a referida Cúpula, a CCSCS reafirmou que não apóia a criação da Alca porque, segundo suas análises, os prazos (ano 2005), a forma, a extensão e a metodologia de sua implementação correspondem sobretudo a interesses de grandes grupos econômicos, que buscam garantir sua hegemonia econômica e comercial na região. Em suas palavras,

a Alca restringe ainda mais as possibilidades de desenvolver políticas de expansão econômica, como a criação de empregos, direitos trabalhistas, respeito ao meio ambiente e avanço dos direitos sociais. Somos contrários à negociação de um acordo de livre comércio continental com essas desproporções e esse formato, mas somos favoráveis a uma integração

americana dos nossos povos, a uma ação coordenada das organizações sindicais e sociais para a construção de uma sociedade livre e soberana, com democracia política, econômica e social em nosso continente” (CCSCS, 1998: 3).

Defende-se assim não só a construção de uma aliança social continental, como também a globalização dos direitos sociais e econômicos frente ao atual processo de globalização dos capitais e dos mercados.

Entretanto, as organizações representantes dos trabalhadores não podem ter somente um papel de vanguarda. Devem contribuir para a efetiva elaboração de um amplo projeto que, além de levar em consideração os interesses dos trabalhadores, seja também capaz de obter a adesão e o apoio efetivo de diferentes classes e grupos sociais, dando uma direção intelectual e moral às sociedades civis dos países latino-americanos e caribenhos onde atuam.

Dentro dessa perspectiva, paralelamente à Cúpula de Santiago, em 1998, houve, de 15 a 18 de abril, uma “Cúpula dos Povos das Américas”, reunindo cerca de mil cidadãos e cidadãs de todo o continente, composta, além de uma Cúpula Sindical, de nove diferentes foros. A importância dessa Cúpula dos Povos pode ser medida pela representatividade da sociedade civil das Américas, pela presença de ONGs e da comunidade científica e acadêmica, assim como pela tentativa de criar uma aliança continental, com uma agenda de ação comum para o próximo milênio, até a data da próxima Cúpula dos Chefes de Estado e Governo, no Canadá, de modo que a sociedade civil fiscalize os compromissos assumidos pelas autoridades dos 34 países participantes.

O peso da Cúpula dos Povos e sua repercussão na mídia contribuíram para contrabalançar as poderosas forças do mercado presentes em Santiago, influenciando os Estados a levarem em consideração as aspirações de milhões de cidadãos nela representados. É sintomático observar que, em junho de 1998, durante a primeira reunião do Comitê de Negociações da Alca, em Buenos Aires, um dos temas que gerou mais polêmica entre os ministros de Estado era exatamente sobre o tipo de participação da sociedade civil na tarefa de construção de uma zona de livre comércio.

5.4. PODERES LEGISLATIVOS

Se os rumos da integração nas Américas ficarem exclusivamente atrelados à negociação dos Estados nacionais, afastada a participação direta das entidades representativas, da sociedade civil e dos parlamentos, estaremos diante de uma concepção de democracia bastante restrita. No processo de regionalização em curso, a participação dos representantes eleitos pelo povo é fundamental para ampliar a legitimidade do processo e também para contraba-

lançar o peso de outros atores que pressionam os Estados, como as empresas transnacionais.

A participação dos poderes legislativos em níveis nacional, estadual e municipal é de fundamental importância. Os parlamentos supranacionais também deveriam ter um papel de destaque, como na Europa, onde o Parlamento Europeu já alcançou um grau de representação indiscutível e como tal leva para os fóruns comunitários as demandas e reivindicações de segmentos econômicos e sociais da região e de cada país.

As Américas devem privilegiar a construção de instituições supranacionais que comprometam os Estados, independentemente da vontade política de um chefe de Estado específico, evitando assim retrocesso no processo de integração. Atualmente existem nas Américas, em nível supranacional, pelo menos cinco parlamentos ou instâncias equivalentes: o Parlamento Latino-Americano, o Parlamento Andino, a Assembléia Parlamentar da Comunidade do Caribe, o Parlamento Centro-Americano e a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.¹⁰ Se tiverem poderes reais, esses parlamentos podem diminuir os efeitos negativos de certas mudanças constitucionais nacionais que retiram direitos coletivos e sociais adquiridos ou que favorecem, de forma indevida, capitais estrangeiros para os quais o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos de um país não são um objetivo primordial.

Atualmente, esses parlamentos supranacionais têm poucos poderes de fato. Por exemplo, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul tem função meramente consultiva e é desprovida de poderes deliberativos. Fato é que, no atual processo de integração latino-americana, há uma visível subordinação dos Poderes Legislativos aos Poderes Executivos, ferindo o princípio democrático de separação de Poderes. O grau de participação dos Congressos Nacionais é, na prática, muito limitado.

A fim de tentar mudar essa realidade, mais de 600 parlamentares dos países da Alca, além de Cuba, se reuniram na cidade de Quebec, Canadá, de 18 a 22 de setembro de 1997, realizando a chamada Conferência Parlamentar das Américas. Na declaração final, os parlamentares pediram participação maior nas discussões sobre a criação da Alca, além de abordarem diversas dimensões do processo em curso: democracia, direitos humanos, livre comércio e emprego, educação, previdência social e políticas de saúde, culturas e, finalmente, desenvolvimento sustentável.

¹⁰ Além desses, foi formalizado, em 1996, um Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, e foi articulado, em 1998, um encontro das Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil e da Argentina (Coelho, 1998: 52-53).

Insistiram também na importância de diminuir o déficit democrático da integração em andamento, e propuseram-se a aprimorar o processo: “Concordamos, como representantes dos cidadãos, em apoiar e incentivar a participação ativa da população nas discussões e nas consultas preliminares às tomadas de decisões relativas à criação de uma área de livre comércio continental, respeitando, a título de contribuição importante, as experiências dos mecanismos regionais de integração” (Conferência... , 1998: 654).

Pensando no futuro, os parlamentares presentes em Quebec decidiram criar um Comitê de Acompanhamento da Conferência¹¹ com vistas a intensificar a presença dos Poderes Legislativos junto à Alca: “Decidimos formar um ‘Comitê de Acompanhamento’ cujo objetivo será estudar as modalidades de continuação do diálogo, conduzindo a uma estrutura que reúna representantes dos parlamentos e das organizações interparlamentares das Américas, a fim de permitir aos parlamentares partilhar seus pontos de vista sobre as implicações do processo de integração do hemisfério e sobre seus impactos legislativos, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais” (Conferência..., 1998: 656).

6. CONCLUSÕES

Em face dos atuais processos de globalização e de regionalização, os quatro países-membros do Mercosul optaram pelo aprofundamento e pela consolidação do Bloco, pela intensificação de suas relações com o Chile e a Bolívia, países associados do Mercosul, e pela rápida formação do futuro Bloco da América do Sul, a Alcsa. Observa-se também o anseio de reorientar os rumos da atual regionalização, com a devida valorização dos temas sociais, como a promoção e a harmonização dos direitos sociais e a maior geração de empregos.

Entretanto, a crise econômica e financeira que se iniciou no Sudeste Asiático durante o segundo semestre de 1997 e propagou-se em 1998 para outros países e regiões, como a Rússia e a América Latina, gerou um processo recessivo, em particular no Brasil, comprometendo, por exemplo, a dimensão social da integração. A curto prazo, a crise afeta negativamente o comércio regional e multilateral, estimula a especulação financeira, ameaça a soberania dos países da região e aumenta o já altíssimo desemprego. Todavia, essa crise tem também o seu lado positivo, porque conscientiza os países membros do Mercosul a respeito da necessidade de abordar temas sensíveis em que se

¹¹ Esse Comitê se reuniu pela primeira vez em maio de 1998 em San Juan, Porto Rico, quando então concordou em confiar ao Brasil a organização e a presidência da segunda Conferência Parlamentar.

avançou pouco, em particular a coordenação de políticas financeiras e a defesa contra a especulação, em nível regional e multilateral. Por outro lado, a própria existência de um Bloco expressivo como o Mercosul contribuiu para manter, no auge da crise de 1999, uma certa credibilidade nos países do Cone Sul, especialmente no Brasil, país mais afetado.

No que concerne à Alca, a crise de 1998-99 contribuiu para reforçar ainda mais a seguinte posição já defendida pelo Bloco: o mérito do projeto deve ser questionado e repensado e o *timing* de sua implementação deve ser protelado, visto que negociações precipitadas podem ter impactos negativos sobre as economias nacionais e, conseqüentemente, sobre a sociedade. Esse é um ponto em que há consenso entre empresários e trabalhadores, embora os interesses que os levam a esse entendimento possam ser diferentes.

Constatou-se por fim que diversos outros atores, quais sejam as centrais sindicais, os movimentos sociais, a sociedade civil e os poderes legislativos, desejam participar mais ativamente do processo de integração em andamento. Uma vez mais presentes e atuantes, contribuiriam para contrabalançar o poder de fogo de outros atores, como as empresas transnacionais, e, sobretudo, dariam mais legitimidade aos blocos existentes. Por sua vez, os Estados se veriam apoiados ao assumirem compromissos com os direitos sócio-econômicos dos cidadãos e com a democratização do processo de integração. Dessa forma, o pluralismo e a democracia seriam reforçados nas Américas e no Caribe.

ABSTRACT

The author analyses the role of the State considering the strategic perspectives of the process of integration in Latin America and the Caribbean, in a context of economic and financial globalization. He focuses the economic "Blocks" of the region and the influence of States, international organizations, transnational corporations, social movements and Parliament in relation to the policies adopted by the Blocks and between the Blocks. He concludes that in order to counterbalance the contradictory effects of economic regionalism and financial globalization, it is necessary to intensify the participation of social movements, of civil society and Legislative powers, and strengthen to pluralism and democracy in the region.

RÉSUMÉ

L'auteur analyse le rôle de l'État face aux perspectives stratégiques du processus d'intégration en Amérique Latine et aux Caraïbes dans un contexte de globalisation économique et financière. Il scrute les divers "Blocs" économiques de la région et l'influence des États, organismes internationaux, corporations transnationales, mouvements sociaux et Parlements, en ce qui concerne les politiques adoptées au niveau des Blocs et entre Blocs. Il conclue que pour contrebalancer les effets contradictoires du nouveau régionalisme économique et de la globalisation financière, il est impératif d'intensifier la participation des mouvements sociaux, de la société civile et des pouvoirs législatifs, renforçant, de cette façon, le pluralisme et la démocratie dans la région.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) (1998) *Comportamiento del comercio exterior global e intrarregional*. Disponível na internet. www.mre.gov.br/getec.
- Almeida, Hamilton (1998a.) *Maior comércio regional: trocas entre os países do bloco cresceram 400% até 1997*. São Paulo: Gazeta Mercantil Latino-Americana p. 10.
- _____. Mercosul e Andinos terão livre comércio em 2000 (1998b.) São Paulo: Gazeta Mercantil. Caderno A. p. 4.
- Barbosa, Alexandre de Freitas, Veiga, João Paulo Cândia (1997) *A integração das Américas: impactos sobre o mercado de trabalho e o movimento sindical no Nafta e no Mercosul*. In: Almeida, Antonio José de (Org.). *Mercosul: integração e impacto sócio-econômico*. Petrópolis: Vozes, 179 p. p. 61-106.
- Barbosa, Rubens Antônio (1997) *O Mercosul no contexto regional, Brasília: Boletim de Integração Latino-Americana n. 21, p. 1-6*.
- Baumann, Renato (Org.) (1996) *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus/Sobeet, 292 p.
- Bouzas et al. (1998) *Relações econômicas externas Mercosul desenvolve agenda de negociações com OMC, Aladi, Alca e União Européia.*, São Paulo: Gazeta Mercantil Latino-Americana, 20-26, p. 23.
- Brasil. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Secretaria de Comércio Exterior. *Comércio intra e extra-Mercosul*. Brasília, 1999.
- Brunelle, Dorval, Deblock, Christian (1997) *L'intégration économique des Amériques: pourquoi? pour Qui? Montréal, (mimeo)*.
- Cardoso, Fernando Henrique (1998) *Discurso na cerimônia de encerramento da II Cúpula das Américas*. Santiago, Chile, 3 p.
- Chaloult, Yves (1996) *Le Brésil et la zone de libre-échange sud-américaine*. In: Perret,

- Louis; Moraes, Felipe (Org.). *Vers une Amérique sans frontière?* Montréal: Wilson et Lafleur, p. p. 245-267.
- _____. Transnacionalização das práticas sindicais no Mercosul (1997) *Política Comparada*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 173-185.
- Coelho, Pedro Motta Pinto. Relações Brasil-Argentina e o Mercosul (1998) *Política Externa*, São Paulo: v. 7, n. 1, p. 31-60.
- Comissão Brasileira Justiça e Paz (1998) *Alerta à nação diante da ameaça da A.M.I.* Petrópolis: Vozes, 24 p.
- Conferência Parlamentar das Américas, set. 1997, Québec. *Atas ...* Québec: Gouvernement du Québec, 1998. 910 p.
- Coordinadora de Centrales Sindicales del Cone Sur (CCSCS) (1998) *Declaración de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur sobre el Area de Libre Comercio de las Americas*. Santiago, Chile, 3 p.
- Dantes, Fernando (1998) *Comissão Europeia preocupada com acordo UE-Mercosul*. São Paulo: Gazeta Mercantil, Caderno A, p. 8.
- Dauster, Jório. É preciso olhar o Mercosul diante da Alca e da EU (1997) *Carta Internacional*, São Paulo, v. 5, n. 55, p. 3.
- Exportações brasileiras: blocos econômicos, 1992-1997 (1997) In: *Boletim de Integração Latino-Americana*, Brasília, n. 21, p. 375.
- Garcia, Marco Aurélio (1998) Os Estados Unidos, a Alca e o Brasil. *Carta Internacional*, São Paulo, v. 6, n. 62, p. 12.
- Gazir, Augusto (1998) Não há condições para Alca, diz Lampreia. São Paulo: Folha de São Paulo.
- Gleizer, Hermán (1998) *Crescem as multinacionais da América Latina*. São Paulo: Gazeta Mercantil Latino-Americana, p. 31.
- Gonzalez, Nora (1998) *Brasil usará Alca para pressionar EUA*. São Paulo: Gazeta Mercantil Latino-Americana, p. 32.
- Martins, Luciano (1997) Alca: uma pauta para discussão. São Paulo: *Política Externa* v. 5/6, n. 4/1, p. 27-74.
- News, Bloomberg (1998) *França não quer mais saber do MAI*. São Paulo: Gazeta Mercantil, Caderno A, p. 14.
- O Contexto internacional do Mercosul. In: *Caderno sobre o Mercosul para formadores da rede nacional de formação da CUT*. Florianópolis: Escola Sul, nov. 1997. pp. 7-12.
- Oman, Charles (1994) *Globalisation et régionalisation: Quels enjeux pour les pays en développement?* Paris: OCDE, 116 p.
- Schwartz, Gilson (1998) Alca: fim do início ou início do fim?, São Paulo, *Carta Internacional* v. 6, n. 62, p. 1.
- Serra, José (1997) *A Alca, o Mercosul e a abertura brasileira*. São Paulo: *Política Externa*, v. 7, n. 1, p. 15-30.

- Tachinardi, Maria Helena (1997) *Brasil/EUA: uma relação em busca de novos caminhos.*, São Paulo: Política Externa v. 5/6, n. 4/1, p. 16-24.
- Tavares, Maria da Conceição (1998a.) *Acordo de investimentos, privatização e cidadania.* São Paulo: Folha de S. Paulo.
- _____. *A Alca: interessa ao Brasil?* (1998b.) São Paulo: Folha de São Paulo.
- Vigevani, Tullo, Mariano, Karina Pasquariello (1997) *Alca e atores sociais.* São Paulo: 30 p. (mimeo).
- Vigevani, Tullo (1998) *Mercosul: impactos para trabalhadores e sindicatos.* São Paulo: LTr, 312 p.